

Um
mundo de
oportunidades

V.6 2026

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

CLÉBER OLIVEIRA SOARES

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

MARCELO NARVAES FIADEIRO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CIBELLE DE ANDRADE SILVA

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Augusto Billi

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jenny Silva Brito

Equipe Técnica:

Rodrigo Lopes de Almeida

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Caio César Simão

Luciana Pich Gomes

Juçara Aparecida André Dokonal

Eduardo Magalhães

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Alessandro Fidelis

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Tiago Charão

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Roberto Carlos Papa

Carlos Turchetto

Fernanda Mascarenhas Magalhães

André Okubo

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Luna Lisboa

Frederique Abreu

Andréa Moura

Warley Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Lucas Fiuza

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Marcelo Cláudio Pereira

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

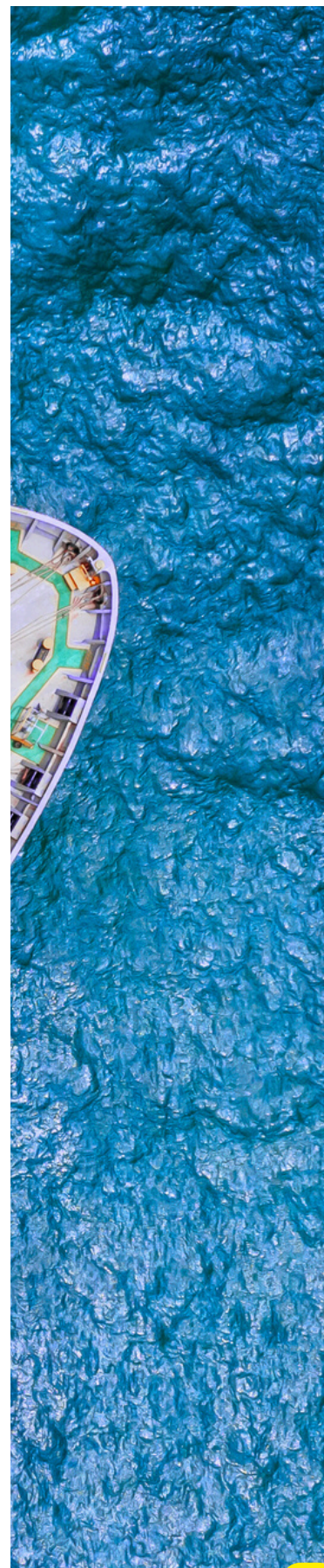
Resumo

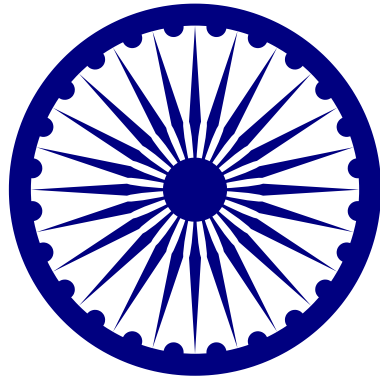
O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro André de Paula e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.





16ª REUNIÃO DE MINISTROS DA AGRICULTURA DO BRICS

Data: 13/06/2026

Posto: Nova Delhi / Índia-Butão

Palavras-chave: BRICS; Índia; Comércio Agrícola; Cooperação Internacional; Segurança Alimentar; Sustentabilidade

Responsável: Roberto Carlos Razera Papa

SUMÁRIO:

Este AgrolInsight apresenta um panorama da 16ª Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS, realizada em 12 e 13 de junho de 2026 em Indore, Madhya Pradesh, Índia. O documento contextualiza o grupo BRICS, analisa sua relevância no comércio agrícola mundial e examina as implicações das decisões tomadas para o agronegócio brasileiro. Destaque especial é dado às relações bilaterais Brasil-Índia e ao protagonismo das instituições governamentais brasileiras — em particular o MAPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Pesca — no processo de construção do documento que pautou a reunião ministerial. A Declaração Conjunta adotada traz importantes sinalizações sobre agricultura orgânica, redução do uso de pesticidas e critérios socioambientais, que o setor privado deve acompanhar de perto.

ANÁLISE CONJUNTURAL

1. O BRICS: Do Acrônimo à Potência Agrícola Global

"Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability" foram os temas centrais do BRICS 2026.



Fonte: Autoria própria, 2026.

O BRICS é um agrupamento informal de grandes economias emergentes que ao longo das últimas duas décadas se consolidou como um dos fóruns multilaterais mais influentes do mundo. O acrônimo foi cunhado em 2001 pelo economista Jim O'Neill, do Goldman Sachs, ao identificar Brasil, Rússia, Índia e China como as economias emergentes com maior potencial de crescimento no século XXI. Em 2006, esses quatro países realizaram seu primeiro encontro formal à margem da Assembleia Geral da ONU, e em 2008 ocorreu a primeira cúpula oficial — a partir daí, o grupo deixou de ser um conceito financeiro e passou a funcionar como plataforma de diálogo político, econômico e de cooperação Sul-Sul.

Em 2010, a África do Sul foi admitida ao grupo, consolidando a sigla BRICS e ampliando a representação do continente africano. A grande inflexão ocorreu em 2023, na cúpula de Joanesburgo, quando seis novos países foram convidados a integrar o bloco: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Argentina — esta última declinou o convite. Em 1º de janeiro de 2024, quatro desses países formalizaram sua adesão (Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos), e em 6 de janeiro de 2025 a Indonésia também ingressou oficialmente, elevando o total de membros plenos para onze nações.

Paralelamente, foi criada a categoria de países parceiros. A partir de 2025, Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Nigéria passaram a integrar o BRICS nessa modalidade, sinalizando o crescente interesse global em associar-se ao grupo. Atualmente, o BRICS reúne nações que representam cerca de 45% da população mundial, aproximadamente 40% do PIB global (em paridade de poder de compra) e em torno de 25% do comércio mundial — números que fazem do bloco um interlocutor indispensável em qualquer agenda internacional.

BRICS 2026: A Presidência Indiana e o Foco Agrícola

Em 2026, a Índia assumiu a presidência rotativa do BRICS com o tema geral "Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability" (BRICS), que também inspirou o subtítulo da reunião agrícola. A presidência indiana priorizou a segurança alimentar, a agricultura centrada no agricultor, as tecnologias digitais e a cooperação Sul-Sul como eixos estruturantes de sua agenda.

2. O BRICS no Comércio Agrícola Global: Relevância e Foco

O BRICS concentra hoje alguns dos maiores produtores, exportadores e importadores agrícolas do planeta. O Brasil é o maior exportador mundial de soja, carne bovina, carne de frango, suco de laranja, açúcar e café. A China é o maior consumidor e importador agrícola global. A Índia ocupa posição de destaque na produção de arroz, trigo, algodão e especiarias. Juntos, os membros do BRICS controlam parcela expressiva da oferta e da demanda alimentar mundial — o que confere ao grupo um peso político único nas discussões sobre regras, padrões e fluxos do comércio agrícola internacional.

A 16ª Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS, realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2026, em Indore, Madhya Pradesh, foi estruturada em quatro prioridades fundamentais definidas pelo Grupo de Trabalho Agrícola (Agriculture Working Group — AWG): (i) Segurança Alimentar, Nutrição e Meios de Vida; (ii) Comércio e Cooperação Agrícola; (iii) Agricultura Regenerativa, Resiliente ao Clima e Sustentável; e (iv) Fortalecimento das Parcerias para Inovação e Investimentos. Essas prioridades refletem tanto as demandas imediatas do agronegócio global quanto as aspirações de longo prazo do bloco.

Entre as principais decisões tomadas na Declaração Conjunta adotada em 13 de junho de 2026, destacam-se:

- A reafirmação do compromisso com o sistema multilateral de comércio da OMC, com regras transparentes e não discriminatórias, e a rejeição de medidas protecionistas unilaterais — posição que beneficia diretamente as exportações brasileiras;
- O avanço na discussão da BRICS Grain Exchange (Bolsa de Grãos do BRICS), plataforma de comércio de grãos que, se implementada, poderá criar novos canais de comercialização para produtos como soja, milho e trigo brasileiros;
- O fortalecimento da BRICS Agricultural Research Platform ([BARP](https://barp.org.in/) - <https://barp.org.in/>) como hub de "Conhecimento-em-Ação", com integração entre universidades, centros de pesquisa, startups e setor privado;

- O lançamento da BRICS AGRIN (Agro-Inputs, Genetic Resources, and Information Network), rede de cooperação em sementes, recursos fitogenéticos e insumos agrícolas, coordenada pela Índia;
- A criação da Rede BRICS de Centros de Excelência em Agroecologia e Agricultura Regenerativa para Resiliência Climática e Produtividade;
- O lançamento do Fórum Global sobre Direitos dos Agricultores em Sistemas de Sementes, para proteger conhecimentos tradicionais e garantir equidade no acesso a recursos fitogenéticos;
- A expansão da cooperação em pesca e aquicultura no âmbito do Diálogo BRICS para o Desenvolvimento de Pescas e Aquicultura.

2.1 Alertas Regulatórios para o Agronegócio Brasileiro

Embora o documento final seja de natureza institucional e não vinculante, ele contém importantes sinalizações normativas que o setor privado brasileiro deve monitorar de perto. A Declaração Conjunta, ao tratar da Prioridade 3 (Agricultura Regenerativa e Sustentável), recomenda explicitamente práticas como agroecologia, agricultura verde, sistemas agrícolas regenerativos, agricultura orgânica e agricultura natural, com ênfase na redução da dependência de insumos externos — o que inclui agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

Ainda no Anexo BRICS AGRIN, o documento menciona explicitamente cooperação em 'insumos orgânicos e bio-inputs' e 'agentes de controle biológico', em detrimento de agroquímicos convencionais. Para o Brasil, maior produtor global de commodities tratadas com defensivos sintéticos, o acompanhamento dessas tendências no fórum BRICS é essencial — não apenas para antecipar possíveis barreiras técnicas ao comércio, mas para posicionar proativamente o agronegócio brasileiro como líder em produção sustentável e rastreável.

Nesse sentido, é igualmente relevante que as medidas relacionadas ao comércio — incluindo aquelas voltadas a preocupações ambientais e de sustentabilidade — devem permanecer transparentes, não discriminatórias e consistentes com as regras da OMC, evitando barreiras desnecessárias ao comércio. Trata-se de uma salvaguarda importante, defendida pelo Brasil nas negociações, que resiste a critérios unilaterais de sustentabilidade.

3. Brasil e Índia: Uma Parceria Estratégica em Expansão

O encontro de Indore ocorreu em um contexto de crescente dinamismo nas relações bilaterais entre Brasil e Índia. O comércio bilateral total atingiu US\$ 15,21 bilhões em 2025, com as exportações brasileiras para a Índia alcançando US\$ 6,9 bilhões — o maior patamar em duas décadas. O agronegócio ocupa posição central nessa relação: açúcar, óleo de soja, algodão, derivados de etanol e produtos vegetais respondem pela maior parte das exportações brasileiras ao mercado indiano.



Inovações aplicáveis ao contexto da agricultura global foram apresentadas durante o encontro. Fonte: Papa, 2026.

Somente o estado de São Paulo exportou US\$ 906 milhões em produtos agrícolas para a Índia em 2025, impulsionado pelo setor sucroenergético, que representou 76,8% desse total (US\$ 696 milhões). O algodão registrou crescimento extraordinário de 160% em apenas um ano, passando de 5.000 para 15.000 toneladas. O óleo de soja (US\$ 89 milhões) e produtos químicos de origem vegetal (US\$ 33 milhões) completam o perfil exportador.

Projeção Estratégica: US\$ 9 bilhões/ano até 2030

Estudos do governo brasileiro projetam que a Índia poderá absorver até 8% das exportações do agronegócio brasileiro até 2030, equivalente a aproximadamente US\$ 9 bilhões anuais. A meta acordada entre os dois países é elevar o comércio bilateral total para US\$ 20 bilhões até 2030. O BRICS é um dos principais catalisadores dessa aproximação, ao criar canais institucionais de diálogo e reduzir barreiras regulatórias entre as duas economias.

A Índia vem consolidando sua posição como parceiro estratégico do Brasil em múltiplas dimensões: como importador de commodities agrícolas, como fornecedor de insumos farmacêuticos e industriais, e como polo de inovação tecnológica — especialmente em agricultura digital, maquinário e biotecnologia. Para o agronegócio brasileiro, o mercado indiano representa não apenas uma oportunidade de exportação presente, mas uma aposta de longo prazo em um país com 1,4 bilhão de habitantes, classe média em expansão e crescente demanda por alimentos proteicos, óleos vegetais e commodities tropicais.

A proximidade cultural e histórica — ambos os países têm raízes em civilizações milenares, são democracias multiétnicas e líderes do Sul Global — facilita o diálogo diplomático e a construção de confiança institucional que sustenta as trocas comerciais. A participação conjunta no BRICS reforça esse eixo, ao criar mecanismos formais de consulta, harmonização de padrões e facilitação do comércio que beneficiam ambos os lados.

4. A Participação Brasileira no Grupo de Trabalho

A preparação da Declaração Conjunta da 16ª Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS foi precedida por um intenso processo de negociação no âmbito do Agriculture Working Group (AWG), o Grupo de Trabalho Agrícola que reúne técnicos e diplomatas dos países membros. Os dias 9 a 12 de junho de 2026 foram dedicados a sessões de trabalho em Indore nas quais o texto da Declaração foi debatido parágrafo por parágrafo, com a participação de representantes de todos os membros do BRICS.

A delegação brasileira nesse processo foi composta por representantes de três ministérios: o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).



Discussões incluíram temas relevantes aos principais aspectos da agricultura dos países membros. Fonte: Papa, 2026.

O envolvimento do MAPA no processo BRICS é estrategicamente relevante. Com o Brasil sendo um dos maiores exportadores agrícolas do mundo e a Índia um de seus parceiros comerciais mais promissores, a presença técnica qualificada nas mesas de negociação garante que o país influencie diretamente os textos e diretrizes que vão pautar as políticas agrícolas dos membros do BRICS ao longo dos próximos anos. As decisões tomadas nesses fóruns têm desdobramentos concretos sobre padrões fitossanitários, protocolos de certificação, acesso a mercados e regras de comércio que afetam diretamente as exportações brasileiras.

A participação do MDA no processo refletiu o reconhecimento, presente em toda a Declaração, de que a agricultura familiar e os pequenos agricultores são protagonistas essenciais da segurança alimentar global.

O texto final dedica atenção especial ao fortalecimento socioeconômico de agricultores familiares, mulheres e jovens rurais — temas nos quais o Brasil tem experiência reconhecida internacionalmente, especialmente em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A contribuição do Ministério da Pesca, por sua vez, contribuiu para que os interesses dos pescadores artesanais e da aquicultura brasileira fossem contemplados, reafirmando o compromisso BRICS com a pesca sustentável e o acesso a mercados para o setor pesqueiro.

A Receptividade Indiana: Brasil como Grande Parceiro

A participação ativa e qualificada da delegação brasileira foi reconhecida pelo lado indiano. Os anfitriões manifestaram apreço pelo engajamento técnico do Brasil nas negociações e pela disposição de construir consensos em temas sensíveis como uso de agroquímicos, proteção de conhecimentos tradicionais e acesso a recursos genéticos. A Índia vê no Brasil um parceiro natural no BRICS: ambos são grandes democracias do Sul Global, líderes agrícolas e defensores de um sistema multilateral de comércio justo e não discriminatório. A interlocução com o Ministro Shivraj Singh Chouhan, que presidiu a reunião, e com os demais delegados indianos reforçou a percepção de que a relação Brasil-Índia está em um momento especialmente fértil para aprofundamento.

5. Próximos Passos: BRICS 2027 sob a Presidência Chinesa

A Declaração Conjunta registra, em seu parágrafo final, que a próxima Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS será sediada pela China, que assume a presidência rotativa do bloco em 2027. A transferência da presidência para Pequim representa um novo capítulo nas dinâmicas internas do BRICS, dada a centralidade da China na cadeia agroalimentar global — seja como o maior importador de soja e carnes do mundo, seja como fornecedora de insumos, maquinário e tecnologia agrícola.

Para o Brasil, a presidência chinesa do BRICS em 2027 abre perspectivas importantes. As negociações no âmbito do AWG tenderão a ganhar ainda mais peso em temas como acesso a mercados, facilitação do comércio de grãos (especialmente pela BRICS Grain Exchange) e digitalização da agricultura.

6. Considerações Finais

A 16ª Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS, realizada em Indore, consolidou o bloco como fórum essencial para definir os rumos da cooperação agrícola entre as grandes economias emergentes. Para o Brasil — maior exportador líquido de alimentos do planeta e membro fundador do BRICS —, a participação ativa e qualificada nesses processos é um imperativo estratégico.

O MAPA, por meio de sua adidância agrícola em Nova Delhi, pode demonstrar o papel que as instituições governamentais devem desempenhar nesses fóruns ao participar ativamente das negociações técnicas que moldam o conteúdo das declarações e compromissos multilaterais. A presença coordenada de três ministérios brasileiros (MAPA, MDA e Ministério da Pesca) na delegação enviada a Indore é um modelo de atuação interministerial que fortalece a coerência e a eficácia da posição brasileira.

Do ponto de vista das oportunidades de mercado, a Índia permanece como destino de crescimento acelerado para o agronegócio brasileiro. A projeção de US\$ 9 bilhões em exportações anuais até 2030 é uma meta que tem sido respaldada por tendências concretas de consumo, crescimento demográfico e industrialização alimentar que o BRICS ajuda a catalisar institucionalmente.

Por fim, é importante que o setor privado brasileiro siga monitorando atentamente os compromissos adotados na Declaração de Indore, especialmente no que se refere à agenda de sustentabilidade, agricultura orgânica e redução de agrotóxicos. Essas tendências, se convertidas em requisitos comerciais — seja por demanda dos consumidores, seja por regulamentação dos países membros —, terão impacto direto nas condições de acesso do agronegócio brasileiro a esses mercados. A antecipação proativa dessas mudanças é, também, uma forma de competir com vantagem.